

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.457 - RS (2014/0120086-6)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : ABDUL KARIN EL BACHA**  
**RECORRENTE : MOHAMAD ALI EL BACHA**  
**ADVOGADO : CÉSAR PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(S) - RS036993**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**  
**PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PR0000000**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Abdul Karin El Bacha**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 279):

**TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. SÓCIO.**

1. *É permitido o redirecionamento do feito ao sócio mediante indícios, como certidões exaradas por meirinhos atestando o desencontro ou a porta fechada de estabelecimento empresarial. Jurisprudência do e. STJ e desta Corte.*

2. *No caso dos autos, a legitimidade passiva dos coexecutados foi definida incidentalmente, cujo reexame apenas será viável mediante prova nova e através do meio processual adequado (STJ, REsp 1104900). De se observar que a exceção de pré-executividade não é o meio processual adequado à discussão de determinadas matérias, haja vista a necessidade de aferição pormenorizada dos elementos utilizados na sua fundamentação, pois a exceção de pré-executividade em questão ataca aspectos fáticos cujo exame detalhado e comparativo é imprescindível. Assim, se afasta o cabimento da exceção de pré-executividade por se não tratar de matéria de ordem pública ou sendo imprescindível a dilação probatória, posicionamento este que encontra espeque na jurisprudência pátria.*

3. *Já quanto à prescrição, considerando-se os marcos temporais disponíveis (STJ, REsp 1120295), em especial os parcelamentos noticiados pela exequente, os quais determinam a suspensão do prazo prescricional enquanto vigente os acordos. Ademais, não houve inércia da parte exequente a ensejar o reconhecimento da prescrição intercorrente, uma vez que nunca deixou de peticionar nos autos postulando diligências na busca da satisfação dos débitos. Outrossim, deve-se franquear o*

# Superior Tribunal de Justiça

*contraditório neste agravo para que o Fisco possa trazer eventuais marcos interruptivos ou suspensivos desconhecidos até agora.*

Opostos embargos declaratórios, este foram rejeitados (297/301).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 535, I e II, do CPC; 202 do CC; 135, III, e 174 do CTN. Sustenta, em resumo, que: (I) o acórdão recorrido negou vigência à lei federal ao redirecionar a execução aos sócios da empresa por suposta infração legal, porquanto *"consta nos autos provas de que a empresa não se dissolveu, mas apenas transferiu sua sede e operação para o Estado de São Paulo, conforme se pode aferir por pesquisa realizada pelo próprio agravado"* (fl. 319); (II) o prazo prescricional teve início *"no dia seguinte à interrupção da contagem da prescrição para a cobrança do crédito tributário, dia 19/10/1995, encerrando-se o lustro de 5 anos para o redirecionamento do executivo na data de 20/10/2000"* (fl. 322), bem como que, ao mencionar a existência de outros marcos interruptivos, o aresto combatido não esclareceu quais seriam.

À fl. 366, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região devolveu os autos à Turma julgadora para os fins do art. 1.030, II, do CPC/2015, considerando o quanto decidido no Tema n. 630 do STJ.

Contudo, o relator proferiu despacho nos seguintes termos (fl. 373):

*Retornam os autos da Vice-Presidência para eventual juízo de retratação, consoante previsto no artigo 1030, II, ou no artigo 1040, II, ambos do CPC.*

*O acórdão proferido por esta Turma manteve decisão agravada que rejeitou exceção de pré-executividade sob o fundamento de ser devido o redirecionamento da execução fiscal, presumindo-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no domicílio fiscal, bem como não ter se operado a prescrição intercorrente.*

*De acordo com a decisão do evento 52, da Vice-Presidência deste Tribunal:*

*Ao publicar acórdão em recurso submetido à sistemática dos repetitivos, o E. STJ fixou a seguinte tese a ser aplicada:*

*Tema STJ 630 - Em execução fiscal de dívida ativa*

# Superior Tribunal de Justiça

*tributária ou não-tributária, dissolvida irregularmente a empresa, está legitimado o redirecionamento ao sócio-gerente.*

*Nesse contexto, entendo que não se trata de hipótese a ser submetida a juízo de retratação (manutenção ou não do entendimento), visto que o acórdão desta Turma não contrariou o decidido pelo STJ no Tema 630, razão pela qual dispensada a submissão da questão ao órgão colegiado.*

*Remetam-se, portanto, os autos à Vice-Presidência.*

Assomou, então, a decisão favorável de admissibilidade encartada à fl. 393.

## É O RELATÓRIO.

Conheço do recurso especial, porquanto presentes os requisitos de estilo.

A matéria trazida a debate no especial contém discussão referente à: (I) possibilidade de redirecionamento de dívida não tributária ao sócio, em casos de existência de indícios de dissolução irregular da empresa; e (II) prescrição para o redirecionamento da execução fiscal contra os sócios-gerentes da empresa.

O art. 1.040, I e II, do CPC/15 assim dispõe acerca do **juízo de conformação**:

*Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma:*

*I - o presidente ou vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do tribunal superior;*

*II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior;*

De fato, na sistemática introduzida pelos arts. 543-B e 543-C do CPC/73, e mantida pelo novo CPC (art. 1.040, I e II), incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir **juízo de conformação/adequação** do caso concreto ao precedente formado em repercussão geral ou repetitivo.

Assim, incumbia ao **órgão colegiado** do Tribunal de origem a reanálise das

# *Superior Tribunal de Justiça*

alegações veiculadas no apelo ordinário à luz do posicionamento firmado pelo STJ.

Nesse panorama, é de se reconhecer que a Corte de origem incorreu em *error in procedendo* ao remeter, em devolução, os autos ao Superior Tribunal de Justiça sem que o órgão fracionário local, competente para o julgamento da apelação, procedesse ao **juízo de conformação** de acordo com os parâmetros estipulados no **REsp 1.371.128/RS**.

Ante o exposto, determino novo retorno dos autos à origem a fim de que seja realizado o **juízo de conformação**, procedendo-se ao rejulgamento da apelação pelo competente órgão fracionário, à luz do que decidido no **REsp 1.371.128/RS**.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**